

A INTERVENÇÃO DAS ONG NAS ZONAS RURAIS DA GUINÉ-BISSAU

THE INTERVENTION OF NGO IN RURAL AREAS OF GUINEA-BISSAU

Patrícia Oliveira 

Instituto Politécnico de Bragança, IPB
Bragança, Portugal
jlesp2008@gmail.com

Maria José Rodrigues 

Instituto Politécnico de Bragança, IPB
Bragança, Portugal
mrodrigues@ipb.pt

Resumo. O presente texto enquadra-se num trabalho mais amplo realizado no âmbito do mestrado em Educação Ambiental, no Instituto Politécnico de Bragança, cuja finalidade era descrever o trabalho da Educação Ambiental, desenvolvido nas comunidades rurais da Guiné-Bissau (GB) por Organizações Não Governamentais (ONG). Consideramos que na GB é imperativo o desenvolvimento da educação ambiental em todos os contextos, principalmente no âmbito não formal e informal, para promover mudanças de comportamento, atitudes e valores em relação à sociedade, ao ambiente, entre outros. Neste contexto, para este texto definimos como objetivo: conhecer as intervenções das ONG no âmbito ambiental nas comunidades rurais da GB. Relativamente à natureza da investigação trata-se de um estudo qualitativo, com características descritivas. Para recolha de dados recorreu-se à análise documental. Os resultados evidenciaram que as ONG realizam ações de EA nas comunidades. Estas ações promovem mudanças visíveis nas comunidades. A cultura local é sempre tida em conta na elaboração e execução de projetos, sendo fundamental reforçar o envolvimento e o comprometimento como forma de proporcionar a participação de todos e principalmente das mulheres e no seu empoderamento.

Palavras-chave: educação ambiental; comunidades rurais da Guiné-Bissau, participação; Organização Não Governamental.

Abstract. The present text is part of a broader work carried out as part of the master's degree in Environmental Education at the Polytechnic Institute of Bragança, whose purpose was to describe the work of Environmental Education, developed in rural communities of Guinea-Bissau (GB) by Non-Governmental Organizations (NGO). We consider that in the GB it is imperative to develop environmental education in all contexts, especially in the non-formal and informal context, to promote changes in behaviour, attitudes, and values in relation to society, the environment, among others. In this context, for this text we defined as an objective: to know the interventions of NGO in the environmental field in the rural communities of GB. Regarding the nature of the research, this is a qualitative study with descriptive characteristics. Documentary analysis was used for data collection. The results showed that NGOs carry out environmental education actions in the communities. These actions promote visible changes in the communities. Local culture is always considered in the development and implementation of projects, and it is essential to strengthen the involvement and commitment to provide the participation of all, especially women and their empowerment.

Keywords: environmental education; Guinea-Bissau rural communities; participation; Non-Governmental Organization.

INTRODUÇÃO

O papel da educação é muito importante e fundamental, pois permite a aquisição de conhecimentos, valores, atitudes e comportamentos, proporcionando o desenvolvimento de capacidades e, permitindo, assim, que as pessoas desenvolvam o senso crítico, a compreensão e formação das suas próprias ideias e opiniões, só assim, com o conhecimento da causa, é que poderão dar o seu contributo para a estabilidade do ambiente, para a permanência dos seres na terra e a continuidade da boa qualidade de vida para as próximas gerações.

Sendo assim, a educação ambiental (EA) deve entrar para o currículo educativo de todos os níveis de escolaridade, e em todas as áreas sociais. Cabe a cada país, segundo a sua cultura, traçar políticas públicas de EA para que haja uma sustentabilidade ambiental local, mas também tendo em conta a sustentabilidade ambiental mundial.

No caso da Guiné-Bissau (GB), que tem um sistema de ensino muito precário é aconselhável investir fortemente na educação não formal e informal, que se realiza, geralmente, em espaços culturais, no meio familiar, com grupos de amigos ou grupos de pessoas com interesses em comum.

Neste contexto, as ONG desempenham um papel primordial, historicamente, nasceram como resposta a um fenómeno social devastador, “a guerra”, que deixou numa situação lamentável as populações e com uma péssima condição de vida. Com o tempo, os seus trabalhos também diversificaram, conquistaram o seu espaço mundialmente, como também foi no caso da Guiné-Bissau.

Dada a importância do estudo e o nosso interesse pelo assunto, fomos deparando com algumas questões de investigação, entre as quais destacamos para este texto: “quais as atividades da educação ambiental desenvolvidas pelas ONG da Guiné-Bissau?” Baseando-nos na questão levantada, apontamos, então, alguns objetivos aos quais pretendemos dar resposta: (i) identificar as atividades da EA desenvolvidas

pelas ONG da Guiné-Bissau nas comunidades rurais; (ii) assinalar os impactos destas atividades nas comunidades rurais.

Nesta investigação escolhemos analisar a intervenção das ONG na Guiné-Bissau, porque têm projetos concretos realizados no âmbito da EA. E ainda pelo nosso interesse pessoal e, também por considerarmos que é muito injusto, por falta de conhecimento, ceifarmos toda a boa qualidade do ambiente, obrigando assim as gerações futuras a pagarem pelos nossos erros; além destes espetos, temos o facto de que, a Guiné-Bissau é um país com uma taxa de analfabetismo muito alta, e sendo assim, se for só pela educação formal não conseguiremos fazer chegar as informações a todos. Também nas últimas décadas se tem verificado um crescimento a passos largos dos problemas ambientais no país.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO: FUNDAMENTOS DAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A revolução industrial, teve início no século XVIII, na Inglaterra, substituiu os trabalhos manuais por mecânicos, e por consequência aumentou a produção e o desenvolvimento tecnológico, o que provocou uma grande reviravolta no modo de vida das populações. No entanto, com todo este feito não zelou pela qualidade do ambiente. Muitos dos problemas ambientais com que hoje nos deparamos são sem dúvidas o reflexo de decisões tomadas no passado. Na segunda metade do século passado, começaram a aparecer problemas ambientais, que só pioravam com o tempo, e muito, como consequência da revolução industrial (Goldemberg & Barbosa, 2004; Machado, 2012). Na decorrência destes problemas ambientais, nos anos 70, aconteceram das mais importantes ações que revolucionaram as políticas públicas em termos do ambiente, foi a partir desta altura que as ações tomaram uma maior proporção social, porque foi neste período que aconteceram os mais importantes e notáveis movimentos que marcaram todo o mundo.

O ano de 1970 foi dedicado à conservação da natureza, preparou-se o relatório sobre problemas ambientais nos EUA, neste mesmo ano, criou-se o dia da Terra (22 de abril), em consequência do primeiro protesto “popular” contra a exploração excessiva dos recursos naturais (Magalhães, 2020). E ainda nesta década realizaram-se importantes conferências e convenções sobre o ambiente, mencionamos alguns exemplos importantes.

A convenção de Ramsar teve como tema as zonas húmidas, adotada em 2 de fevereiro de 1971 em Ramsar- Irão. Foi ratificado por Portugal em 1980 (Garcia & Andrade, 2012) e pela Guiné-Bissau (Instituto Camões, 2017).

A convenção CITES (convenção sobre o comércio internacional de espécies da fauna e da flora selvagem ameaçadas de extinção), realizada em Washington, resultado de uma resolução adotada em 1963 pela UICN, entrou em vigor em 1975 (Comissão Europeia, 2007).

Em 1971, a UNESCO lançou o programa “o Homem e a biosfera” (Pott & Estrela, 2017). Logo no ano seguinte, a EA entra como política pública com a realização da conferência de Estocolmo, realizada à 5 de junho de 1972, organizada pela ONU (ONU, 1972).

A conferência sobre a educação ambiental em Belgrado, organizada pela UNESCO e PNUD, em que foi assinada a “carta de Belgrado”. Posteriormente, a conferência intergovernamental sobre educação ambiental, Tbilisi, 1977, organizada pela UNESCO e PNUD, reuniu educadores ambientais de 68 países. é considerada a conferência “mãe” da EA (Matos, Cabo, Fernandes, & Ribeiro, 2016).

A expressão “desenvolvimento sustentável” apareceu pela primeira vez em 1980, no relatório publicado pela UICN “a estratégia global para a conservação” (Suzuki, 2009).

A Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento coordenada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Marlem Brundtland, foi fundada em 1983. Em 1987, o “relatório Brundtland” intitulado “Nosso Futuro Comum” foi publicado e foi definido o conceito do desenvolvimento sustentável.

Em 1988, o Conselho de Ministros da Educação da Comunidade Económica Europeia, propõe a inserção da EA no ensino formal, esta resolução define os objetivos, princípios fundamentais e ações a empreender a nível dos estados-membros e a nível comunitário (Schmidt, Nave & Guerra, 2010).

Em 1992, realizou-se, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como Eco 92/Rio-92, realizada de propósito neste ano em comemoração dos 20 anos da Conferência de Estocolmo. Desta conferência resultaram importantíssimos documentos como: Agenda 21, que nada mais não é que metas para o século 21, tem como lema “pensar globalmente, agir localmente; Declaração de Rio ou carta da terra; Convenção sobre a diversidade biológica, começou a ser elaborada desde 1973, mas só foi proposta e aprovada no Rio-92 Portugal ratificou a convenção em 1993 e a Guiné-Bissau, em 1995 (Secretaria de Estado de Ambiente, 2019); Convenção sobre

mudanças climáticas, coordenada pelo Painel Intergovernamental para a Convenção sobre o Clima (Matos et al, 2016).

A Declaração do milénio 2000, apresenta os valores essenciais para as relações internacionais no século XXI: liberdade; igualdade; solidariedade; tolerância; respeito pela natureza; responsabilidade comum. Esse compromisso ficou conhecido como Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), divididos em 8 prioridades, 21 metas e 60 indicadores. Os ODM são: erradicar a pobreza e a fome; atingir a educação básica para todos; promover a igualdade e autonomia de mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV e SIDA, malária; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento (ONU, 2000).

Em 2002, a cúpula de Johannesburg, realizou a conferência mundial sobre o desenvolvimento sustentável, teve como temas: África, água, ambientes naturais, consumo da energia, florestas, globalização, pobreza e saúde, aplicação da agenda 21; realizada 10 anos após o Rio-92 (Diniz, 2002). No mesmo ano, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Resolução instituindo a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, no período de 2005 a 2015 (Mota et al., 2005).

Em 2007, foi realizada a Conferência de Ahmedabad, na Índia, com o lema “uma chamada para a ação”; com o título “educação para a vida: vida através da educação”. Já para 2011-2020 foi declarada a Década das Nações Unidas para a Biodiversidade; com o lema “viver em harmonia com a natureza!”. Metas de Aichi, são os objetivos a atingir dentro dos anos 2011-2020 (Painel de Alto Nível da CDB, 2014).

O acordo de Paris, em 2015, adotado na 21.ª Conferência das partes a 12 de dezembro de 2015, entrou em vigor a 4 de novembro de 2016 (Eur-lex, 2016).

Em 2015, a agenda intitulada “Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, esta agenda procura a paz universal e mais liberdade. Tem o intuito de acabar com a pobreza, proteger o ambiente e achar soluções as mudanças climáticas, proporcionar o bem-estar e a prosperidade. Esta agenda foi um resultado de trabalho feito pelas Nações Unidas em parceria com os governos, sociedade civil e outros parceiros.

O “Relatório caminho para a dignidade em 2030”, foi resultado das contribuições obtidas através de um processo aberto e inclusivo, este relatório apresentou objetivos para a dignidade para os 15 anos seguintes. Para a realização desta agenda a ONU financiou uma conversa global através de consultas elaboradas como a pesquisa “Meu mundo”. O relatório apresenta 17 objetivos e 169 metas (ONU, 2015).

Desde o momento em que se constituiu como categoria central do movimento ambientalista, a EA reforça na educação uma proposta de (re)discussão da sociedade, da natureza e da vida nos seus significados mais profundos (Loureiro, 2004). Segundo a UNESCO, a educação ambiental é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na procura de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros (UNESCO, 1987).

O nosso conceito sobre a EA vai ao encontro da opinião Mousinho (2003), isto porque, partilhamos da ideia de que a informação deve ser disponibilizada a todos, sem exceção, de forma que a mensagem chegue mais clara e compreensível e que desenvolva o senso crítico e a tomada de consciência. Este trabalho, como referido por Carvalho (2004), ressalta as diferentes formas da EA: popular, crítica, comunitária, não formal e informal. A educação nas suas múltiplas dimensões de ensino-aprendizagem, de objetivos e princípios, de métodos e técnicas, de educadores e educandos, de tecnologias e espaços de aprendizagem, de territórios de convivência e sujeitos aprendentes, de escolas e educação não-formal, de cursos e meios de comunicação, é apresentada na ótica das distintas correntes pedagógicas e ideologias (Sorrentino et al., 2005).

Podemos considerar que a educação tem três importantes dimensões: (i) educação formal; (ii) educação não formal; e (iii) educação informal. As três igualmente importantes para o desenvolvimento, mas entre elas a mais usual é a formal, pois, em praticamente todos os países é uma obrigação, ressalvando que deveria ser gratuita e acessível para todos.

Os termos não formal e informal têm muito em comum, no entanto existem diferenças entre eles, que vale a pena demarcar e exaltar. Podemos ressaltar que, a educação formal é a desenvolvida na escola, com os seus currículos e programas previamente elaborados; a educação não formal é a que, perante o processo, ocorre pelo compartilhamento de experiências, também pode ocorrer dentro da escola e nos espaços coletivos; e a educação informal é a troca de valores, costumes e culturas, ocorrendo durante o processo de socialização, tanto na família, como no bairro, na escola e com amigos (Almeida, 2014).

A sensibilização, deve ser uma das principais apostas das ações de EA, pelo facto de ser uma forma muito rápida de captar a atenção e despertar o interesse, motivando as pessoas para a mudança, como

referem o Giordan e Souchan (1996). A consciencialização, a aquisição de conhecimentos, mudança de comportamento e atitude, a participação de todos, o desenvolvimento da visão crítica e avaliativa, são os principais focos destas ações.

A implementação das atividades “permite aprender novos conhecimentos, ou consolidar os conhecimentos já existentes, sobre a preservação do ambiente e o que podem fazer no seu quotidiano que melhore o ambiente, por mais pequenas que sejam as ações de cada um” (Cortesão, 2017, p. 4).

As ações da EA devem respeitar as diferenças etárias isto porque a forma de ensinar por exemplo a uma criança é diferente da de um adulto, os conteúdos devem também ser diferentes. A vida social e financeira também são tidas em conta, isto porque, a título de exemplo, os materiais didáticos ou outros usados para a educação numa sociedade com um grande poder económico e desenvolvido não são os mesmos usados numa sociedade com menos poder aquisitivo e em via de desenvolvimento, dando um exemplo real deste ressaltado, neste período de pandemia de COVID-19, os países foram obrigados a interromperem as aulas presenciais e a solução foi as aulas online, em Portugal e nos outros países desenvolvidos obtiveram um resultado positivo, no entanto o mesmo não foi uma realidade na GB, isto porque as condições financeiras e evolutivas são muito diferentes; esta é também uma linha de pensamento de Oliveira (2006).

Mas, não vale a pena serem traçadas ações que não contribuam para mudanças de comportamentos e atitudes referente ao ambiente. O mundo é composto por vários países, cada um com a sua cultura, seus costumes, sua realidade, por isso as ações da EA variam de país para país, de etnia para etnia, de sociedade para sociedade, de comunidade para comunidade, já que além de serem vários países; cada um tem a sua própria composição e realidade social, étnica, económica, cultural e ambiental. Existem países com uma diversificada composição étnica, comunitária, económica e ambiental, como é o caso da Guiné-Bissau, que conta com mais de 20 grupos étnicos, em que cada um destes grupos tem as suas próprias particularidades, suas línguas étnicas, cultura (vestuário, gastronomia, entre outros), economia (fonte de renda). Há alguns grupos étnicos mais acessíveis e de fácil convívio, e outros mais fechados, tudo isso leva a distinção nas ações da EA, já que todos estes fatores devem ser tidos em conta. Não adianta desenhar muito bem um projeto de ações de EA que, posteriormente, na implementação não vá ao encontro da realidade do país ou comunidade.

Desde a antiguidade que a relação entre o ambiente e a cultura tem sido comparadas por diferentes teorias. Na cultura ocidental acreditava-se que o homem é superior à natureza. O iluminismo e a revolução científica moderna são dois momentos na história, em que a razão e eficácia do Homem é sobrevalorizada como sendo a transformação do mundo físico e do seu progresso (Baptista, 2005).

Como referimos existem países que têm muitas etnias, cada uma com a sua língua étnica, sua maneira de ser, de vestir, de cozinhar, de dançar, suas crenças. o que acaba enriquecendo ainda mais a cultura do país, são exemplos desta situação o Brasil, alguns países africanos, como a Guiné-Bissau. Na GB, existem diversas áreas naturais usadas para manifestações culturais e religiosas, a conservação destas áreas é garantida tradicionalmente; estas áreas são florestas sagradas e que durante a elaboração da lei das áreas protegidas foi tida em conta, e foram designadas de áreas protegidas.

Por todos estes motivos e estas diferenças afirmamos que o desenvolvimento de atividades de EA, varia de povo para povo, de país para país, e de lugar para lugar, respeitando a tradição e os costumes do povo, o lugar, o país, devendo ser realizadas na língua oficial, e se possível nas línguas étnicas do país; permitindo assim que a mensagem passe e que seja acessível a todos.

Com o passar dos tempos, mudam-se os hábitos, as maneiras, e muitas das vezes as culturas, mas mesmo com as transformações com que o mundo se depara deve-se valorizar a cultura, as leis e regras tradicionais que sejam protetoras do ambiente e respeitadoras socialmente. Atualmente vivemos num tempo em que os valores tradicionais nem sempre são os que importam mais. Com a globalização, as sociedades mudaram e muitas ações anteriormente aceitáveis, são hoje questionadas, e o mundo exige que as pessoas reflitam e questionem e depois se posicionem sobre as questões éticas. O educador ambiental tem por dever dar e disponibilizar instrumentos que permitam ao educando questionar a sua cultura e tradição, porque não é só pelo facto de ser tradição e cultura que temos de continuar a praticá-la, mas vale a pena ressaltar que antes de questionarmos qualquer que seja a cultura temos de a conhecer.

O que realmente pretendemos analisar neste ponto é a atividade cultural direcionada e integrada no ambiente. Quando pretendemos proteger a natureza, utilizamos o intelecto no plano coletivo e associamos a cultura nas suas diversas ramificações e o resultado obtido não é a expansão da cultura, mas sim a participação comum na proteção e conservação do ambiente.

O PAPEL DAS ONG DA GUINÉ-BISSAU NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Na esteira de Barros (2014), com a África descolonizada surgem novos estados que trouxeram novas ideias e lutas, sendo as ONG suas porta-vozes. O surgimento das primeiras ONG na GB, deu-se nos anos 50 e eram religiosas, situação que perdurou até aos anos 70, isto porque o poder colonial censurava qualquer tentativa de conscientização da população contra o regime colonial. Eram apenas autorizados os movimentos religiosos, grupos desportivos, “mandjuandadi”, já que eram considerados inofensivos ao regime.

Logo após o regime colonial, durante o regime unipartidário, surgiram as Organizações Sociais de Massa (OSM), criadas pelo partido único, o Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde para mobilizar e despertar a população para a reconstrução nacional. Estas OSM eram: Juventude Amílcar Cabral; Pioneiros Abel Djassi; União Democrática das Mulheres; União Nacional dos Trabalhadores Guineenses (Barros, 2014).

Segundo o mesmo autor, no início da década dos anos 80 houve uma considerável queda económica, que veio como resposta às inapropriadas políticas económicas, o que forçou, em 1984, a admissão do programa de ajustamento estrutural em parceria com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Em 1990, o país deixa de ter um único partido e adere ao multipartidarismo. Juntamente com o novo regime surgem as primeiras ONG nacionais.

De 1986 a 1998, o Instituto de Solidariedade e Amizade (SOLIDAMI), que ficou incumbido de coordenar as atividades; apoiar a criação e registo das ONG. Era tutelado e supervisionado pelo Ministério da Cooperação Internacional. Mas essa proeza não foi mérito só de SOLIDAMI, mas também das ONG nacionais e Internacionais como: Amigos da Criança; Tiniguena; AD - Ação para Desenvolvimento; RADI/SWISSAID; Associação Guineense de Estudos e Alternativas; e Fundação Amílcar Cabral, entre outras.

Assim, com a conquista da liberdade de expressão o trabalho das ONG teve uma grande visibilidade, o que consequentemente fez crescer o seu número nas mais diversas áreas de intervenção. Segundo Barros (2014) identificam-se traços pré-coloniais nas zonas rurais e urbanas, que sustentam a existência de movimentos, associações, organizações de pessoas com ações para o desenvolvimento independente do estado, como por exemplo, associações culturais, organizações de mulheres e outros.

Com a guerra civil de 7 de junho de 1998 muitas ONG e redes de apoio às ONG acabaram por desaparecer. Durante e após a guerra surgiram duas organizações de grande importância para a situação do país na altura e para a sociedade, até aos dias atuais: Movimento da Sociedade Civil para a Democracia e Paz, criado em 1998; e a Célula das ONG, criada em 1998, mas que em 2000 passou a ser Plataforma das ONG.

Após todo este percurso as ONG não pararam de crescer. De destacar algumas ONG que tiveram importantes papéis para a sociedade: Rede Nacional das Rádios Comunitárias - 1998; e a Célula de Apoio à Planificação Regional; West Africa Network For Peace Building - 1999 em Gana/Accra, foi inaugurada na Guiné-Bissau em 2004; Rede Nacional de Juventude - 2002; Concelho Nacional da Juventude; Confederação das Organizações Não-Governamentais Intervenientes na Margem Sul do Rio Cacheu 2002; Rede das Mulheres Africanas, Ministras e Parlamentares; Associação das Mulheres das Atividades Económicas; Rede de Concertação e Coordenação das Organizações e Micro-Finanças - 2003; Rede Nacional de Luta contra a Violência - criada em 2004 (Barros, 2014).

Apresentar uma definição exata de ONG é um processo complexo, pois é um conceito amplo e com um grande leque de seguimentos e opções, como referiu Goff (2005) pela múltipla e rica onda de movimentos que compõem uma ONG, de uma forma simples, pode definir-se como conjunto de pessoas privadas que partilham dos mesmos objetivos e metas, sem fins lucrativos. Mesmo que a motivação dos membros seja de ordem pessoal, acaba por se encaixar no coletivo, ideia partilhado por Bernoux (2005), afirmando que na organização existe sempre um encontro entre o individual e o social.

Esta mudança no regime originou a alteração da constituição da república, que liberou o multipartidarismo, a liberdade de expressão, a criação das ONG e outros (Sangreman et al., 2006).

Desde então, as OSC, principalmente as ONGD, pressionaram e lutaram (até hoje lutam) arduamente para a criação de leis e decretos que protejam e preservem a integridade dos homens e do ambiente entre outros.

Na GB, as ONG são classificadas legalmente como associações, mas existe um decreto que entende que elas devem ser classificadas numa categoria à parte. Juridicamente são um coletivo de direito privado,

com criação livre, apartidárias e sem fim lucrativos, conforme o Art. n.º 2 do decreto 23/92. São voluntárias, mas cada um com o seu objetivo e meta, visando sempre o desenvolvimento local, nacional e até global.

Na constituição guineense (Art. 55, n.º 1), é independente a autorização para a constituição de associações. A importância da constituição e formatação jurídica da organização verifica-se no estabelecimento de parcerias ou na mobilização de recursos com os parceiros, doadores ou com o sector público. Pode então afirmar-se que o direito da associação se encontra plenamente assegurado pela constituição, ao passo que, a obtenção da personalidade jurídica depende do devido registo.

O Decreto-Lei 23/92 de 23 de março foi aprovado em 1992 pelo governo para regulamentar a criação e o exercício de atividades das ONG nacionais. Esta aprovação ocorreu um ano após a adesão ao multipartidarismo, já que neste período, como já referimos, houve uma crescente criação de ONG, como a Liga dos Direitos Humanos; Tiniguena; AD (Ação para o Desenvolvimento); Associação Guineense de Estudos e Alternativas; Associação Guineense de Estudos e Divulgação de Tecnologias Apropriadas; entre outras. O referido documento trata da constituição, organização, gestão, financiamento e dissolução das ONG, e ainda atribui à SOLIDAMI o papel de apoio, seguimento e fiscalização da intervenção das ONG nacionais e internacionais.

Segundo o mesmo Decreto-Lei, para a criação das ONG, são suficientes cinco membros e os dossiers de criação devem conter os seguintes documentos: estatutos da organização; cópias de bilhete de identidade devidamente reconhecidas as assinaturas no notório e número de conta bancária.

As ONG são indispensáveis para o desenvolvimento da GB, na defesa dos direitos humanos, do ambiente, e outros, ou seja, para um desenvolvimento sustentável. No entanto, desde os primórdios apresentam uma grande fragilidade já que dependem em mais de 90% do financiamento dos parceiros internacionais; como ressalta Barros (2006) esta dependência “resulta da fraca capacidade económica de autofinanciamento dos seus membros e também da inexistência de mecanismos de financiamento interno” (p. 29). As ONG na GB, focadas no ambiente, têm como preocupação maior, questões associadas com a degradação ambiental e procuram formas para ultrapassá-las, para que o desenvolvimento seja mais sustentável. Estas ONG são, sem dúvida, as responsáveis pela capacitação da maior parte da população acerca desta temática, através do planeamento e execução de uma extensa lista de ações de EA não formal e informal, usando ações inovadoras e motivando as pessoas para serem cidadãos cada vez mais comprometidos com as questões ambientais.

A título de exemplo, as ONG têm trabalhado muito no processo de aprofundamento e expansão das ações de EA não formal, e às vezes, impulsionam iniciativas governamentais e apoiam as organizações da diligência privada interessadas no desenvolvimento de projetos na área. São as maiores defensoras e prestadoras de serviços referente ao ambiente, tanto localmente como nacionalmente. Têm como objetivos a promoção da participação coletiva, disponibilização das informações que orientam e fomentam a boa conduta para a preservação e conservação ambiental.

Devido à constante instabilidade política, social e económica, os governos desde a independência até a data presente não conseguem suprir as necessidades básicas do povo, com um sistema de ensino extremamente débil, o que faz com que as informações não estejam disponíveis e ao alcance de todos, principalmente dos habitantes das áreas rurais. As ONG ambientais, como a Palmeirinha que é um dos percursos; a AD com um extenso e recheado currículo nesta área; e a COAJQ que foi realização de um sonho comum de jovens recém-formados e uma forma legal, honesta e com o sentido de colmatar a falta de oportunidades e emprego vigente no país, desenvolvem ações em vários aspetos, que contribuem fortemente no processo de desenvolvimento sustentável. Graças a estas ações, atualmente, estas ONG dão suporte às instituições do estado. Mas a instabilidade política e as frequentes mudanças nas instituições do estado atrapalham a consolidação e desenvolvimento desta relação. E é pensando nos próximos, num planeta consciente e sustentável, com oportunidades iguais que o IMVF tem atuado em Portugal e em todos os países, incluindo GB, financiando os projetos e zelando pelo bem-estar do ambiente, pelo desenvolvimento local, nacional e internacional.

METODOLOGIA

Este estudo assumiu uma natureza qualitativa com características descritivas. Uma investigação qualitativa permite várias interpretações, proporcionando-nos um campo de entendimento dos comportamentos e experiências dos indivíduos em relação às mais variadas circunstâncias. Este tipo de investigação permite diferentes interpretações, variando de pessoa para pessoa. Numa pesquisa qualitativa o importante não é o produto, mas sim os processos, como defendem alguns autores Bogdan e Biklen (1994) e Ludke e André (1986). Para Bogdan e Biklen (1994) a natureza da investigação, descreve um fenómeno com intimidade

através de descoberta de significados e dos estados subjetivos dos sujeitos, pois, nestes estudos, há sempre uma tentativa de descobrir e compreender, com pormenor, as perspetivas e os pontos de vista dos indivíduos sobre determinado assunto. O principal objetivo, destes estudos, não é generalizar, mas sim compreender os sujeitos e os fenómenos em todas as suas formas, complexidade e singularidade.

Segundo Carmo e Ferreira (1998), a investigação descritiva acarreta primeiramente, estudar o fenómeno, depois compreender todo o contexto e, finalmente, expressa a situação atual do fenómeno em causa. Numa investigação de natureza descritiva, os dados são utilizados para responder às questões do estudo. Neste caso particular, para recolha de dados recorremos à análise documental dos planos e relatórios de atividades das ONG colaboradoras no estudo sendo elas: Palmeirinha, AD e IMVF.

Cohen e Manion (1990) e Sousa (2005) definem a análise documental como uma técnica usada com a finalidade de apresentar os conteúdos de um documento de forma diferente, em relação ao original, de modo a facilitar a sua leitura, compreensão e a aprendizagem de maior informação sobre o caso a ser investigado. De acordo com Aires (2015), existem dois tipos de documentos aos quais o investigador pode recorrer para a investigação: “documentos oficiais e documentos pessoais” (p. 42). Os documentos oficiais disponibilizam informações das organizações, aplicação das autoridades, das instituições, enquanto, os documentos pessoais, são narrações de autores independentes. Segundo o mesmo autor, a análise documental remete para três atividades: redução, exposição e extração de conclusões. A redução, implica a reformulação da informação, é feita no decorrer de todo o trabalho de investigação, os dados podem ser reduzidos e transformados, quantitativa ou qualitativamente (neste processo utilizam-se códigos, resumos, memorandos, metáforas e outros). Sendo assim, conclui-se que a técnica da análise documental é caracterizada por um processo dinâmico ao apresentar o conteúdo documental de uma forma distinta da original, gerando um novo documento.

Esta investigação foi realizada na Guiné-Bissau (GB), que é um país situado na costa ocidental da África, faz fronteira, a norte e leste com o Senegal, a leste e sul com Guiné-Conacri, e é banhado a oeste pelo Oceano Atlântico. É um país de clima tropical, constituído por uma parte continental e uma insular, composta por 88 ilhas e ilhéus, com 36.125 km² (INE – 2017). A GB é muito famosa pelos seus recursos faunísticos, em especial piscatórios, além destes, também tem um grande potencial de flora, conta ainda com importantes depósitos de fosfatos e bauxite, existindo, também jazidas, ainda não exploradas, de petróleo. As comunidades (tabancas), são normalmente muito organizadas, existem sempre “chefes das tabancas”, que são os líderes e que exercem um papel muito importante, são uma espécie de “voz da tabanca”, eles normalmente é que são o juiz, o sábio, o responsável pelo bem-estar da comunidade e têm o dever proteger a comunidade, são muito respeitados, a “voz deles é uma lei”. Como referido no ponto anterior deste trabalho, a GB conta atualmente com inúmeras ONG que atuam em diferentes áreas: sociais, políticas, ambientais, culturais, etc.; algumas são nacionais e outras internacionais; muitas têm como finalidade o desenvolvimento sustentável, o ambiente e a educação.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Das ONG com que trabalhamos, conseguimos recolher e compilar os relatórios anuais da: Palmeirinha, AD e IMVF e apresentamos, de seguida, alguns dos aspetos que nos parecem mais relevantes para este estudo. Relativamente à ONG Palmeirinha os relatórios são referentes a 2017 e 2018. Em 2017, desenvolveram dois projetos importantes no que respeita às questões ambientais, nomeadamente:

- Construção de 215 fogões melhorados em 215 escolas das regiões de Bafatá, Gabu, Biombo, Quinara e Oio. Foi executado num período de seis meses. Este projeto teve como objetivo geral a preservação florestal e, especificamente, visou reduzir a taxa de utilização de lenha nas cantinas escolares, reduzir a emissão de dióxido de carbono e zelar pela saúde das mulheres que cozinham nestas escolas, lutar contra a desertificação. Foram produzidos e exibidos vídeos nas comunidades sobre o uso destes fogões.
- Valorização dos produtos agrícolas e florestais nas cantinas escolares. Foi executado em dois meses. Teve como propósito a valorização dos produtos agrícolas e florestais para diversificar a dieta alimentar nas cantinas escolares e a sua comercialização. Nas regiões de Bafatá e do Sector Autónomo de Bissau, que beneficiaram alunos, pais e membros de comités de gestão das cantinas escolares e jovens católicos de paroquia de Bra. Foram capacitadas mulheres e alunas em técnicas de transformação e valorização dos produtos agrícolas; capacitação dos jovens da Paroquia S. João Baptista de Bra em técnicas de sumos naturais; transformação e valorização dos produtos agrícolas nas cantinas das 18 escolas da região de Bafatá; capacitaram 554 mulheres em 18 escolas em técnicas

de transformação dos produtos agrícolas; produzindo 712 garrafas (reutilizadas) de sumos naturais de diferentes sabores.

Além destes projetos, desenvolveram outras atividades como sessões de cinema e debate; programas radiofónicos; capacitação em técnica de construção de fogões melhorados; capacitação no domínio da educação e comunicação sobre as boas práticas da gestão dos recursos naturais; produção de filme sobre a gestão de lixo nas tabancas de Buba, Nhala, Bubatumbo. Em 2018 a elaboração e execução de outros projetos continuou e destacamos: o projeto limícola de Bijagós; consolidação da conservação das tartarugas marinhas no Arquipélago dos Bijagós; EA para a promoção das iniciativas locais e a utilização racional dos recursos florestais; fortalecimento do sistema de gestão e controle dos recursos florestais e destaque para o repovoamento para a sustentabilidade ambiental na GB; introdução de fogões melhorados nas cantinas escolares. Ainda foram desenvolvidas outras atividades, como: produção e difusão de programas radiofónicos; apicultura melhorada nas áreas protegidas da GB; horticultura nas tabancas do parque nacional de Dulombe; alfabetização/caminhu pa desenvolvimento durável (alfabetização/ caminho para o desenvolvimento durável); formação dos administradores sobre a proteção do ambiente, das espécies ameaçadas e do património mundial.

Face ao exposto, relativamente às ações desenvolvidas pela Palmeirinha, verificamos que a ONG tem uma grande preocupação relativamente aos problemas ambientais prevalentes na GB, como a desertificação e o uso excessivo dos sacos de plástico. Para fazer face a estas problemáticas investem na sensibilização, valorização dos produtos locais, modernização das técnicas de apicultura para preservação das abelhas, aposta na variação na agricultura e horticultura.

No que respeita a ONG AD apresentamos uma compilação de todas as atividades executadas durante os anos 2010 a 2012, pois esta é a informação que esta disponível no site oficial da ONG. Durante estes três anos a AD apostou na criação de unidades de máquinas profissionais para agricultores, nomeadamente:

- Criação de unidade de máquinas agrícolas que fornecem serviços de lavoura aos agricultores, horticultura às mulheres e ordenamento de pomares aos jovens;
- Criação de redes de agricultores de mandioca e grupo de mulheres horticultoras para produção de sementes de cebola;
- Técnicas de proteção de culturas pouco penalizadoras do ambiente;
- Promoção de criação animal a partir dos pequenos criadores de cabras e carneiros, formando jovens para-veterinários;
- Produção de filmes técnicos em DVD, transmitidos nas TV comunitárias.

Além disso, desenvolveram um projeto que pretendia contribuir para a evolução do conceito teórico e das práticas nas escolas de verificação ambiental (EVA). Este tinha como principais atividades:

- Dinamização da EVA ao serviço das tabancas: construção de fogões melhorados tipo “numo”; divulgação da produção de sal solar; apoio aos criadores de gado e criação de pomares de fruteiras.
- Papel de serviço ambiental das EVA: o repovoamento do mangal; o repovoamento de outras espécies florestais; identificação de plantas medicinais e nutritivas; o método de ensino pela ação; criação de centros interpretativos (museu do mar, museu das plantas medicinais, jardim botânico, museu da fauna selvagem, museu do ambiente e cultura de cantanhez).
- Reforço dos programas e da estrutura da rede EVA: primeiro acampamento das escolas, 2011 em Varela, sob o lema “Vamos trocar experiencias ambientais”; primeira conferencia das EVA, Bissau em 2012 no salão do IBAP, sob o lema “conhecimento e inovação”; a formação temática diversificada de professores; visitas de intercambio entre EVA (norte e sul); organização de programas nacionais envolvendo todas as EVA; envio de antigos alunos das EVA para formação profissional; participação das EVA na elaboração de estudos e pesquisas realizadas por organizações e especialistas no domínio ambiental; e envolvimento ativo nos processos ambientais transfronteiriços nos domínios ambientais e outros.

Outro dos projetos desenvolvidos diz respeito ao resgate da cultura e da história como fator de coesão nacional, de progresso e de desenvolvimento. Como principais atividades destacamos:

- Valorização da história: criação do museu “memoria de Guiledje”.
- Resgate da cultura: festival musical transfronteiriço “nô laba rustu di nô Guiné” em S. Domingos, realizado em 2010; festival quilombola “caminho de escravos” em Cacheu, um evento anual;

festival transfronteiriço “Landji Fan” de Guiledje, em parceria com ONG CADI de Guiné-Conakry, em 2011; identificação de panos de pinti.

- Produção audiovisual, em parceria com o estúdio Bissom, produziram e apoiaram discos CD: Ai Bissau! Do grupo Fidalgos; djintons de Bissau, de Iva e Ichy; gravação de maquete de Anastácio de Djens; no ermondadi, da igreja católica; EVA: terra verde, acampamento EVA e Moringa (nenê Badadji); hino da AD; em parceria TV Kelele, produziram DVD com imagens e testemunhos dos antigos combatentes da independência que estiveram no assalto a Guiledje.

Importa ainda salientar o Programa Integrado do Cubucaré (PIC), que prevê:

- O reforço do movimento associativo que engloba 26 associações de base, visando: destacar o diálogo, a reflexão, a partilha de experiências que promovam o desenvolvimento rural; reforçar e representar a identidade das associações camponesas; apostar nos desafios do desenvolvimento rural; contribuir para a promoção e desenvolvimento sustentável.
- Segurança alimentar e sensibilização das comunidades sobre: diversificação de culturas alimentares; melhorar o sistema da drenagem; reabilitação de bolanhas e diques de cintura. Para isso forneceram cinco carradas de propágulos de batata; duzentos Kg de inhame; setecentos Kg de mandioca por quatorze agricultores; trezentos Kg de feijão de mancanha; sementes hortícolas. E formam beneficiadas as seguintes tabancas: Lemberem (32 agricultores); Camicote (2); Madina (12); Farim (1); Catchamba (1); Dar Salam (1) e Cadique (1). E ainda, construíram 43 poços de água.

Verificamos, assim, que a AD é uma ONG que valoriza a recuperação e conservação do património cultural e histórico da GB, organizando anualmente festivais que ressaltam a cultura e o trajeto histórico, através de músicas, teatros e documentários. É uma das ONG que apoia e investe na carreira de músicos nacionais, este ponto é uma das formas de desenvolver a EA, já que segundo Mousinho (2003), EA tem como foco despertar a preocupação individual e coletiva para as questões ambientais, garantindo que todos tenham a sua disponibilidade a informação, independentemente da linguagem usada, desde que desenvolva a consciência crítica. A ONG desenvolve muitas outras ações em prol do ambiente, como construção de escolas nas comunidades e o zelo pela saúde ambiental.

Relativamente ao IMVF os relatórios apresentados são referentes aos anos 2017 a 2019; mas praticamente todos os projetos desenvolvidos durante estes anos tiveram início em 2015, outros foram elaborados até 2018 ou 2019, para evitar a repetição de informação referimo-los apenas uma vez.

Em 2017, as áreas de intervenção e as ações desenvolvidas em GB englobaram: sociedade civil (5%), desenvolvimento rural e segurança alimentar (41%) e saúde (54%). Refente ao desenvolvimento rural e segurança alimentar destacamos: o reforço de associações locais; produção e comércio; redes de segurança alimentar e planeamento agrícola local. Foram apoiadas cerca de 550 mil pessoas: 195 avicultores camponeses; 5 bolanhas reabilitadas, correspondente a 2479 hectares; 434 agricultores e 205 pescadores recenseados; 125 alunos participaram na ação de sensibilização “Urok sem lixo”; 3 formações dirigidas à RESSAN-GB com 142 participantes. Destacando que 100% do financiamento para as ações de desenvolvimento rural, 86% foram para a GB.

Para esta área foi desenvolvido o projeto “nô fia nas crias” em parceria com a COAJQ. Este projeto consiste num sistema integrado cooperativo e comunitário de produção avícola, caprina e derivados para a região de Cacheu; foi desenvolvido entre julho de 2015 a junho de 2018; beneficiou diretamente 150 mulheres criadoras de aves, 30 produtores de ração, 12 mulheres pontos focais para o comércio de frango, 15 caprinocultores, 30 para veterinários, 80 criadores sócios da cooperativa e 10 funcionários afetos à produção e ao processamento de aves, num total de 327 famílias, correspondentes a 2289 pessoas. Foram desenvolvidas as seguintes atividades: instalação do sistema fotovoltaico para fornecimento de energia aos aviários; redução da mortalidade na produção avícola; criação de frangos de marca “piu piu awara”; cadeia de produtos de matérias primas para ração avícola; centro de processamento e abate; circuitos comerciais avícolas; construção de 15 estábulos, silos e fornecimento de plantas leguminosas; associação de criadores de cabra e de paraveterinários; aviário no centro agropecuário de Ingoré, produção de 350 plantas de leucina, 300 plantas de moringa; ações de formação dirigidas a técnicos para veterinários; conteúdos televisivos e radiofónicos.

De salientar, também, o projeto UE-Activa – consiste no desenvolvimento de ações comunitárias territoriais integradas de valorização agrícola. Decorreu entre junho de 2015 a junho de 2019, em Bafatá, Quinara e Tombali. As atividades realizadas foram: intercâmbio dos membros da RESSAN-GB sobre a EA e nutricional “sou aquilo que consumo” com 24 participantes; formações dirigidas aos membros da

RESSAN-GB (governança participativa para o desenvolvimento com três sessões regionais com 77 participantes); conceitos básicos relacionados com o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada, segurança alimentar e soberania alimentar em quatro dias e 24 participantes.

Um outro projeto relevante para o país é o “Etikapun n’ha- Urok” - laboratório de resiliência da cultura Bijagó. Foi desenvolvido entre junho de 2016 a maio de 2020, nos arquipélagos dos Bijagós, nas ilhas Urok (Formosa, Nago e Chedão), beneficiando diretamente 185 agregados familiares de agricultores; 114 mulheres horticultoras; 77 mulheres produtoras de sal solar; 163 pescadores; 125 jovens produtores de óleo de palma; 100 mulheres no pequeno comércio; 20 jovens empreendedores; 300 alunos e 15 professores das escolas comunitárias de Urok e 134 membros dos órgãos de gestão da área marinha protegida comunitária (AMPC). Tinha como objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável na AMPC de Urok, em parceria com a Tiniguena. As principais atividades foram: o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas ficou com a responsabilidade de fiscalização da AMPC; apoio à realização de reuniões do comité de gestão da equipa de fiscalização da AMPC e da comissão de multas; ação “Urok sem lixo” para a sensibilização para a importância da preservação do ambiente; recenseamento dos agricultores e pescadores; unidade de produção de mel, malagueta e flor de sal; comercialização de produtos de Urok na cidade de Bissau.

E ainda referente às ações no âmbito do ambiente e sustentabilidade, nos anos entre 2017 e 2019 não foram desenvolvidos projetos específicos para esta área, mas em contrapartida, o IMVF realizou em parceria com outras ONG, atividades para a preservação dos ecossistemas, da biodiversidade, dos recursos naturais não renováveis e a luta contra as mudanças climáticas.

No que diz respeito à sociedade civil pautaram no reforço da mesma como sendo essencial ao desenvolvimento de sociedades mais justas, democráticas e pacíficas. Neste 100% do financiamento foi para a GB. De todas as atividades contabilizou-se um total de 552 participantes, entre os quais: 2 djumbais temáticos em Bissau que contou com 128 participantes; 2 djumbais temáticos regionais com 138 participantes; 1 formação pedagógica com 10 participantes; 6 apoios GAP implementados dirigidos a 152 participantes; 19 candidaturas selecionadas para receber apoio no quadro do GAP; 2 jornadas com 124 participantes. Para esta área foi elaborado e implementado o projeto EU-PAANE - programa de apoio aos atores não estatais “Nô pintcha pa dizinvolvimentu”.

No ano de 2018 as ações desenvolvidas na GB referente à sociedade civil foram de 5%; para a saúde foram de 54% e para o desenvolvimento rural e segurança alimentar 41%. Muitas ações foram realizadas destacando: 7.145,5 hectares de bolanhas foram reabilitados; 10 fontes de água construídas e reabilitadas pelo projeto Etikapun n’ha; 3 mercados construídos pelo UE-Activa; 21 para veterinários formados e ativamente envolvidos na prestação de assistência sanitária nas comunidades no âmbito do projeto “Nô fia nas crias”; 185 avicultores camponeses apoiados pelo projeto “Nô fia nas crias”.

Em 2019, as ações na área de saúde forma de 42%; do desenvolvimento rural e segurança alimentar forma de 22% e da educação forma de 36%. Neste ano, um dos projetos com maior destaque foi o “Ianda Guiné!” que é um projeto com diversos focos, como por exemplo o “Ianda Guiné! Galinhas”, que teve início em janeiro de 2019 e está previsto até dezembro de 2023, implementado em Bafatá, Biombo, Cacheu, Gabu, Oio e Bissau; visando contribuir para a segurança alimentar e nutricional nestas regiões. Beneficiou diretamente micro, pequenas e médias empresas locais de caráter comunitário ou familiar; profissionais de avícola; centros de produção de insumos e os seus associados; técnicos das instituições estatais envolvidas e veterinários e para veterinários. Foi desenvolvido em parceria com Mani Tese, Asas de socorro, a Universidade de Turim e a Escola Superior de Agrária do Instituto Politécnico de Bragança. Este projeto engloba também o “Ianda Guiné! Djuntu”, para decorrer de janeiro de 2019 a dezembro de 2023, com o propósito de contribuir para que os cidadãos da GB sejam protagonistas na resolução de problemas coletivos.

Verificamos que sendo uma ONG com escala internacional, conseguiu criar inteligentemente estratégias na elaboração de projetos, para que estes possam responder positivamente às necessidades do país, neste sentido trabalha em colaboração com associações, ONG, movimentos nacionais e locais que conhecem melhor a realidade local. Desenvolvem ações em todos os campos sociais, principalmente nas questões ambientais. É uma ONG que trabalha para promover a participação coletiva, que tenta através dos projetos e ações desenvolvidas, fazer com que todos chamem para si a responsabilidade e interiorizar o sentido de partilha, humanidade e do princípio do agir localmente, mas com o pensar global, já que este não é um problema isolado.

Em síntese de referir que estes relatórios, principalmente os das ONG nacionais, exibem muitos pontos em comum, principalmente nas ações desenvolvidas, mesmo que as linhas de ação sejam diferentes. Todos

pautam pela sustentabilidade ambiental recorrendo à sensibilização nas comunidades, à reabilitação dos tarrafes, zelando pela permanência e respeito pela biodiversidade e pelo ecossistema, a apicultura, a horticultura e a valorização dos produtos locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a construção de uma cidadania global, é preciso repaginar a visão do mundo, e isto é possível, com a abertura de um leque de novas formas de educar, não estagnando no dito tradicional (Teixeira & Torales, 2014). Neste estudo, abordamos a EA nos contextos não formal e informal, sendo que estes dois contextos são os mais trabalhados pelas ONG.

As ONG são instituições sem fins lucrativos e não tuteladas pelo governo, destacar uma definição para as ONG é complexo, porque a própria palavra abre um grande leque com variedades e significados (Goff, 2005). Na GB existem ONG com diversos seguimentos, as ações em que mais investem e que mais desenvolvem são: sensibilização através de rádios e televisões comunitárias, sendo esta a aposta de todas as ONG, isto porque é a forma mais rápida e prática de transmitir as informações e fazê-las chegar a um maior número de pessoas. A promoção e transformação dos produtos locais, atividades que promovem o desenvolvimento das comunidades, a aposta na capacitação e promoção da horticultura para as mulheres, o melhoramento das técnicas de apicultura, realização de festivais, sessões e atividades que resgatam e promovem o património histórico e cultural do país, construção de fogões melhorados nas escolas, repovoamento de tarrafes, são algumas das ações realizadas com maior frequência. Além destas ações que as ONG colaboradoras desenvolvem, cada uma delas tem a sua particularidade: A AD aposta na construção de escolas comunitárias, dá assistência comunitária em vários aspetos, construiu museus para salvaguardar o património histórico e cultural; A Palmeirinha publica livros educativos sobre as diferentes temáticas de ambiente, e exhibe filmes educativos em sessões de cinema-debate nas escolas; O IMVF pauta pela cooperação para promover o desenvolvimento, dignidade, inclusão, igualdade, sustentabilidade, vida, cultura.

Estas ONG, desenvolvem ações de EA, que vão ao encontro da visão da EA transformadora, isto porque tendo em conta os projetos e atividades aqui traçadas, reparamos que tudo o que foi desenvolvido tem como finalidade a mudança de comportamentos e atitudes; a disponibilização da informação e facilitar o acesso ao conhecimento sobre a problemática do ambiente; o empoderamento e a independência feminina; a independência económica das comunidades; a valorização dos produtos locais e a redução do desperdício são bem evidentes nos projetos descritos e consideramos que são caminho para a transformação social.

REFERÊNCIAS

- Aires, L. (2015). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Universidade de Aberta.
- Almeida, M. S. B. (2014). *Os desafios da escola pública Paranaense na perspetiva do professor PDE*. Produções didático-pedagógicas. Cadernos PDE. Barros, M. (2014). *A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: dinâmicas, desafios e perspetivas*. U.E.-PAANE.
- Barros, M., Sangreman, C., Sousa JR., F., & Zeverino, G. (2006). *A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil*. Centro de Estudos Sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.
- Batista, I. (2005). *Dar Rosto ao Futuro. A educação como Compromisso Ético*. Profedições.
- Bernoux, P. (2005). *A sociologia das organizações*. Rés-Editora.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da investigação: guia para a autoaprendizagem*. Universidade Aberta.
- Carvalho, M. E. P. (2004). Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? O dever de casa e as relações família-escola. *Revista Brasileira de Educação*, 25, 15. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000100009>
- Cohen, L., & Manion, L. (1990). *Métodos de investigação educativa*. Editorial La Muralla.
- Comissão Europeia. (2007). *Regulamentação relativa ao comércio de espécies da fauna e da flora selvagens na União Europeia*. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Printed in Belgium. Disponível em: <http://ec.europa.eu/environment/ecolabel>
- Cortesão, S. F. B. (2017). *A importância da Educação Ambiental no ensino básico*. Escola Superior de Educação e Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Instituto Politécnico de Coimbra.

- Decreto-Lei 23/92, de 23 de março - disciplina a criação e o exercício da atividade das ONG. República Democrática da Guiné-Bissau
- Eur-lex, (2016). *Acordo de Paris. Jornal Oficial da União Europeia*. Disponível em: [https://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:22016A1019\(01\)&from=PT](https://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:22016A1019(01)&from=PT)
- Garcia, M. P. & Andrade, A. P. (2012). *Zonas Húmidas, convenção de Ramsar*. SETA. Ficha informativa 46.
- Giordan, A., & Souchon, C. (1996). *Uma Educação para o Ambiente*. IIE e IPAMB.
- Goff, A. L. (2005). *Os arquivos das ONG – Uma memória a partilhar. Guia prática em 60 perguntas*. ICA.
- Goldemberg, J., & Barbosa, L. M. (2004). A legislação ambiental no Brasil e em São Paulo. *Revista Eco*, 21, 96
- INE, (2017). *Indicadoras chaves*. Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/>
- Instituto Camões, I. P. (2017). *Dia mundial das zonas húmidas celebrado na Guiné-Bissau no parque Europa-lagoa N'Batonba*. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/dia-mundial-das-zonas-humidas-guine>
- Loureiro, C. F. B. (2004). *Educação Ambiental Transformadora*. In P. P. Layrargues (Coord.), *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Ministério do Meio Ambiente.
- Lüdke, M., & André, M. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas*. Editora Pedagógica e Universitária.
- Machado, A. Q. (2012). *Licenciamento Ambiental: atuação preventiva do Estado à luz da Constituição da República Federativa do Brasil*. Livraria do Advogado.
- Magalhães, L. (2020). *Dia da terra*. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/dia-da-terra/>
- Matos, A., Cabo, P., Fernandes, A., & Ribeiro, M. (2016). Cenário evolutivo da educação ambiental para o desenvolvimento sustentável no mundo: etapas e promotores. *Revista Egítania Scientia*, 18(1), 7-32
- Mota, I. A., Pinto, M., Sá, J. V., Marques, V. S., & Ribeiro, J. F. (2005). *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015: Um projecto para Portugal*. Pandora.
- Mousinho, P. (2003). Meio ambiente no século 21. In A. Trigueiro (Coord.), *Glossário*. Sextante.
- Oliveira, F. L. (2006). *Educação Ambiental - Guia prático para professores monitores e animadores culturais e de tempos livres*. Texto Editores.
- ONU. (1972). *Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente*. ONU. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/aconf48-14r1.pdf>
- ONU. (2000). *United Nations Millennium Declaration*. Disponível em: <http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf>
- ONU. (2015). *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <https://unric.org/pt/Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel/>
- Painel de Alto Nível da CDB (2014). *Recursos para alcançar as Metas de Aichi: Avaliação dos benefícios, investimentos e recursos necessários para implementar o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020. 2º relatório do Painel de Alto Nível sobre a avaliação geral dos recursos necessários para implementar o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020*. Canadá.
- Palmeirinha, (2020). *Quem somos*. Disponível em: <https://palmeirinha.org/quem-somos/>
- Pott, C. M., & Estrela, C. C. (2017). Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. *Estudos avançados* 31(89), 271-272.
- Sangreman, C. S. J., Guilherme, F. Z., & Barros, M. (2006). *A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil*. Instituto Superior de Economia e Gestão – Cesa: Documentos de Trabalho nº 70-2006.
- Schmidt, L., Nave, G. J., & Guerra, J. (2010). Educação Ambiental - Balanço e Perspetivas para uma Agenda mais sustentável. Imprensa de Ciências Sociais.
- Secretaria de Estado do Ambiente. (2019). *Sexto Relatório Nacional sobre a Diversidade Biológica da República da Guiné-Bissau*. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/nr/nr-06/gw-nr-06-pt.pdf>
- Sorrentino, M., Trajber, R., Mendonça, P., & Júnior, L. A. F. (2005). Environmental education as public policy. *Educação e Pesquisa*, 31 (2), 285-299.
- Sousa, A. B. (2005). *Investigação em Educação*. Livros Horizonte.
- Suzuki, G.T. (2009). *O Conceito de Sustentabilidade e Estratégia Empresarial: o caso da Natureza na Amazônia*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará.
- UNESCO (1987). *Convention Concernant du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Rapport du Comité du Patrimoine Mondial onzième session*. UNESCO. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/1987/sc-87-conf005-9f.pdf>